

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

JAQUELINE FARIAS DE SANTANA

**FORMAÇÃO INICIAL DO CURSO DE PEDAGOGIA/UEM:
QUESTÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**

MARINGÁ
2014

JAQUELINE FARIAS DE SANTANA

**FORMAÇÃO INICIAL DO CURSO DE PEDAGOGIA/UEM: QUESTÕES
SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial obtenção do grau de
licenciado em pedagogia.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Eliane Rose Maio.

MARINGÁ

2014

JAQUELINE FARIAS DE SANTANA

**FORMAÇÃO INICIAL DO CURSO DE PEDAGOGIA/UEM:
QUESTÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial obtenção do grau de
pedagoga.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Eliane Rose Maio – UEM (orientadora)

Prof^a. Dr^a. Ivone Pingoello

Prof^a. Dr^a. Ivana Veraldo

Maringá, 05 de Novembro de 2014.

DEDICATÓRIA

A todos/as aqueles/as que sempre acreditaram em minha capacidade, apoiando está caminhada tão importante, que é a conclusão do ensino superior.

AGRADECIMENTOS

Os caminhos que percorri e percorro para alcançar as etapas da minha vida, não foram fáceis, entretanto, quando alcançados, o sentimento de gratidão é inexplicável. Sinto-me honrada em fazer parte da história do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

Diante disso, delinheiro meus sinceros agradecimentos a:

Deus, que me deu força e superação para conclusão de mais uma etapa da minha vida.

Ao meu pai, a minha mãe, irmão e irmã pelo amor incondicional, incentivando meus sonhos e me apoiando.

Ao meu namorado Rafael, pelo apoio, compreensão, paciência durante esta caminhada, dividindo comigo meus planos e conquistas.

A todos/as meus/minhas amigos/as, os/às quais, sempre me apoiaram principalmente nos momentos difíceis. Jamais os esquecerei, levando-os para sempre em meu coração.

À Eliane Maio, minha amada orientadora. Pela paciência, compreensão e auxílio, um exemplo de mulher que sempre transferiu suas experiências por meio de sua humildade, contribuindo assim, para a minha formação pessoal e profissional.

A todos/as os/as professores/as, que contribuíram diretamente para a formação do meu profissionalismo. Hoje, sei que os/as melhores mestres/as não foram os/as que nos ensinaram as respostas, mas, sim, aqueles/as que me ensinaram a questionar, duvidar, pensar e sonhar. Tornaram-se exemplo para minha caminhada. Destaco ainda às professoras desta banca, Ivone Pingoello e Ivana Veraldo pela disponibilidade e contribuição para esta etapa.

Diante desses agradecimentos, fico entristecida em saber que o Curso está acabando e agradecida ao finalizar mais uma fase da minha vida. Sem vocês, o que seria de mim? Meus sinceros agradecimentos.

"Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda" (FREIRE, 2000, p.67).

RESUMO

Nos dias atuais é muito importante que se lance um olhar sobre as questões referentes à violência sexual infantil. A escola tem o compromisso de estar atenta a sinais e atitudes referentes à violência sexual apresentados pelas crianças no meio educacional, capacitando os/as profissionais da educação para que saibam identificar e notificar os sinais advindos dessa forma de violência, garantindo, então, a qualidade de vida e o aprendizado escolar dos/as alunos/as. Este trabalho tem como objetivo identificar o que as/os estagiárias/os dos 4º anos (matutino/noturno) do Curso de Pedagogia/sede detectam no espaço escolar, no que diz respeito à violência sexual infantil (temática, casos, prevenções). Também pretende indagar se estes/as estudaram acerca da temática no referido Curso de Pedagogia por meio de uma disciplina específica em sua Matriz Curricular. Realizamos uma pesquisa de campo, qualitativa, na qual foram empregados 75 questionários aplicados em estagiários/as acadêmicos/as dos 4º anos do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá/sede, na modalidade presencial. Por meio dos questionários, evidenciamos que os/as acadêmicos/as não trabalham esta temática como disciplina específica em sua grade curricular no Curso de Pedagogia, conhecendo pouco sobre esta temática e que detectam pouco conhecimento dos profissionais da educação.

Palavras-chave: Educação. Violência sexual. Matriz Curricular. Prevenção.

ABSTRACT

Nowadays, the sexual child abuse it's a matter that must to be taken into account. The elementary schools ought to be aware of the children's signs and attitudes that show that sexual violence is being practiced against them, in order to instruct teachers to identify and notify it, and thus, ensure the children a better life condition. This project aims to identify what are the impressions about sexual child abuse within the school environment caught by the fourth year's Pedagogy's undergraduation trainees. It also intends to gauge what kind of specific subject concerning the matter was presented to them in the curriculum. A qualitative field research was developed and 75 questionnaires were applied in the Pedagogy's undergraduation trainees of the fourth year of the State University of Maringá. The results showed that this theme as specific subject in the curriculum does not exist.

Key-words: Education. Sexual abuse. Curriculum. Prevention.

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA – Associação Brasileira de Proteção à Infância.

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

DST – Doença Sexualmente Transmissível.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UEM – Universidade Estadual de Maringá.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Temática no Curso de Pedagogia/SEDE.....	25
GRÁFICO 2 – Temática no Curso de Pedagogia/SEDE.....	26
GRÁFICO 3 – Temática no Curso de Pedagogia/SEDE.....	30
GRÁFICO 4 – Estágio: Violência sexual no espaço escolar.....	31
GRÁFICO 5 – Prevenção na escola.....	33

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO	12
2VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL	14
2.1 Violência sexual sem contato físico.....	17
2.2 Violência sexual com contato físico	17
3SINAIS DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR COM A PREVENÇÃO NA EDUCAÇÃO	20
4PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	42
ANEXO	46

1INTRODUÇÃO

O desejo em pesquisar sobre esta temática é pela inquietação sobre violência sexual infantil, sendo assim, compreender a formação dos/as professores/as formadores de sujeitos.

Os casos de violência sexual em crianças têm se tornado um grande problema social no Brasil. Diante disso, é necessário indagar: “o que as/os estagiárias/os do Curso de Pedagogia-UEM/sede, modalidade presencial, detectam, em seus estágios curriculares nos Centros de Educação Infantil, no que diz respeito à violência sexual infantil?” Como também, o que têm aprendido sobre essa temática no referido Curso.

Pretendemos com esta pesquisa, identificar o que as/os estagiárias/os dos 4º anos (matutino/noturno) do Curso de Pedagogia/sede presenciaram no espaço escolar no que diz respeito à violência sexual infantil e também como esta temática vem sendo abordada na escola, tendo como fontes de pesquisa representadas nos questionários dos/as acadêmicos/as estagiários/as, como também, o que a Matriz Curricular do referido Curso apresenta sobre esta temática, e ainda, conceitos de alguns/mas autores/as relativos à temática. Realizamos tal estudo, mediante a pesquisa de campo a qual consistiu em aplicar questionários em 75 estagiários/as do 4ª anodo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá/sede.

Percebemos a importância da escola e professores/as na temática violência sexual infantil, visto que a escola é à base de sua formação e, é onde, a criança passa boa parte do tempo. Para justificar esta compreensão, apresentamos o material de Brino e Williams (2003), intitulado: “Concepções da professora acerca da violência sexual infantil”. Os autores evidenciam a escola como lugar ideal para detecção de violência sexual, destacando que, geralmente o/a principal agressor/a encontra-se na família. Em outra pesquisa “Professores como agente de prevenção da violência sexual infantil” Brino e Williams (2008) apresentam a importância em proporcionar intervenções aos/às professores/as, a fim de capacitá-los/as como agentes na prevenção da violência sexual.

Se podemos prevenir um ato que causará consequências futuras nas crianças que foram/são vítimas da violência sexual, por que deixar acontecer? Diante disso, destacamos a escola como principal local para o enfrentamento desta temática diante de profissionais capacitados/as por meio da realização de proteção e prevenção às vítimas desse caso de violência.

Concluir uma Graduação de Licenciatura Plena em Pedagogia, modalidade presencial, não significa que o/a acadêmica esteja pronto/a para a realidade. É de suma importância o estudo desta temática na formação inicial do Curso de Pedagogia, capacitando os/as acadêmicos/as a lidarem com este tipo de situação na identificação de sinais de violência sexual contribuindo assim, para a identificação de sinais apresentados pelas crianças e na prevenção/proteção de casos de violência sexual infantil. Nesse sentido, apresentamos a importância desta temática ser discutida, estudada na formação docente, em que podemos identificar sinais apresentados pelas crianças no ambiente escolar por meio dos/as profissionais da educação.

A organização deste trabalho se dará por meio de cinco seções: a primeira diz respeito à Introdução, a segunda, o conceito da temática violência sexual infantil pensada por alguns/mas autores/as; na terceira seção apresentamos sinais da violência sexual infantil que podem ser detectados pelos/as professores/as e a importância de trabalhar com a prevenção no âmbito escolar, a última, os resultados da pesquisa, dados, gráficos, tabelas e a discussão sobre os mesmos, propondo reflexões sobre a formação do/a professor/a sobre a temática estudada aqui relacionando com o papel da escola. Desse modo, enfatizamos a necessidade deste assunto na formação profissional do/a pedagogo/a.

2 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Nesta seção buscamos informações pertinentes sobre a violência sexual infantil que acontece na sociedade. Num contexto generalizado, conceitos de violência, conseqüentemente, sobre a violência sexual infantil, temática tão pouca discutida no âmbito educacional, lar etc. Para tanto, contamos com os apontamentos de Chauí (1999), Volnovich (2005), Azevedo e Guerra (1995), Sayão (2006) entre outros/as que nos fazem compreender acerca deste assunto.

Estudar, dialogar, pensar, compreender e apresentar sobre esta temática não é nada fácil, pois, abala com a estrutura emocional de muitas pessoas, remetendo a pensamentos desagradáveis de sofrimentos, angústias e inquietações. Dessa forma, alguns/mas profissionais do âmbito educacional acabam deixando de compreender e dialogar sobre esta dolorosa temática.

Pautadas nessa compreensão, iniciamos as reflexões teóricas com Chauí (1999, p. 02), afirmando que a “[...] violência é um ato de brutalidade, sevícia, abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror”, deixando marcas na vítima como vergonha, humilhação, medo etc.

Desse modo, a concepção central de violência se pauta em Azevedo e Guerra (1995), estudiosas do assunto, que consideram os tipos de violência, como:

a) Violência Física: corresponde ao emprego de força física no processo disciplinador de uma criança, considera-se toda a ação que causa dor física;

b) Violência Sexual: todo ato ou jogo sexual entre um/a ou mais adulto/a e uma criança e/ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança e/ou adolescente, utilizá-lo/a para obter satisfação sexual. Salientam também que, no caso de violência, a criança e/ou adolescente são sempre vítimas e jamais culpados/as e isso afeta, os comportamentos físico e emocional da vítima;

c) Violência Psicológica: toda interferência negativa do/a adulto/a sobre as crianças formando um comportamento destrutivo, prejudicando a autoconfiança e autoestima;

d) Negligência: pode ser considerada como omissão e descuido, ausência de auxílio financeiro, expondo a criança e/ou adolescente a situações precárias, tais como: desnutrição, doenças e falta de higiene.

Volnovich (2005) apresenta violência como o uso de força física ou psicológica. O uso de força física caracterizada pelo estupro, sevícia, e o psicológico que seriam as ameaças ou abuso de autoridade. Já Chauí (1999) caracteriza a violência por um ato de brutalidade, sendo, qualquer força sob a vítima empregada contra a vontade.

Diante destas concepções de alguns/mas autores/as, tem-se um ponto em comum: a vítima. Independente do tipo de violência que acontece, implicam a agressividade sob a vítima.

A violência sexual infantil é algo que acontece desde épocas remotas, desse modo, não se pode considerar a causa da violência sexual contra crianças e adolescentes recente em nossa sociedade.

Para Rocha *et al* (2011, p. 01)

a inserção do debate sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil ocorreu a partir do descortinamento da problemática da exploração sexual destes sujeitos denunciada no início da década de 1990, por instituições ligadas à infância e à juventude.

Percebe-se que a violência sexual infantil não teve início recente, a diferença é que antigamente não eram feitas as denúncias como são feitas hoje.

Os documentos Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2010), Constituição Federal (BRASIL, 2010), o Código Penal (BRASIL, 2010), também apresentam ações sociais no atendimento ao combate da violência sexual como veremos a seguir.

Foi a partir de 1990, por meio da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8.069 aprovada no dia 13 de julho de 1990, que esse problema se fortaleceu ganhando destaque e atenção, ou seja, a proteção das crianças como direito (FÁVERO, 1999), ou seja, todas as crianças e adolescentes possuem direitos, independentes de sua condição social.

O ECA cita no Art. 70 que, “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1990, p.49).

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Art. 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A família, também tem que proporcionar diálogos entre as crianças referentes a estas concepções de sinais, cuidados e prevenções no que diz respeito a violência sexual infantil. Figueiredo (2012, p. 359-360) apresenta no artigo 213 e 215 da Legislação os seguintes crimes sexuais:

Estupro: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Violação sexual mediante fraude: Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima.

O Código Penal considera crime sexual em menores de idade: “induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem” (FIGUEIREDO, 2012, p. 360) e:

Estupro de vulnerável: Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.
 § 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência;
 § 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos;
 § 4º Se da conduta resulta morte:
 Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos (FIGUEIREDO, 2012, p. 360).

Em 2000, houve a elaboração do “Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil” (BRASIL, 2000). Este documento serviu como referência para organizações não-governamentais, especialmente no âmbito da mobilização social e do monitoramento de políticas públicas na perspectiva de

formulação e efetiva implementação de ações nesta área por parte das esferas estatais, no enfrentamento da violência sexual infantil (BRASIL, 2000).

No que diz respeito à violência sexual, o abuso e a exploração, são os piores tipos de violência na vida de uma criança, pois, marca seu emocional para o resto da vida. Sayão (2006, p. 27) escreveu para o Manual de Orientação para Educadores/as “Refazendo laços de proteção: Ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes”, o qual apresenta abuso sexual, como

uma situação em que uma criança ou adolescente é invadido em sua sexualidade e usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho. Pode incluir desde carícias, manipulação dos genitais, mama ou ânus, *voyeurismo*, exibicionismo e até o ato sexual com ou sem penetração. Ocorre com ou sem o uso da força e da violência (ameaça ou constrangimento), que na maioria das vezes não estão presentes. É baseado numa relação de poder do adulto (ou mais velho) sobre a criança ou adolescente, ou pode ocorrer mesmo a partir de uma relação de autoridade utilizada pelo mais velho de forma muito indevida: são os casos em que o mais velho abusa da situação de dependência afetiva ou econômica da criança ou adolescente. Importante lembrar que o abuso sexual pode ocorrer mesmo sem contato físico. Muitas vezes o agressor pode ser um membro da própria família ou pessoa com quem a criança convive ou que frequenta o círculo familiar.

Sayão (2006) caracteriza abuso sexual com contato físico e sem contato físico.

2.1 Apresenta abuso sexual sem contato físico:

a) Assédio sexual caracterizado por propostas de relações sexuais. Baseia-se, na maioria das vezes, na posição de poder do/a agente sobre a vítima, que é induzida, chantageada ou ameaçada pelo/a agressor/a.

b) Abuso sexual verbal pode ser definido por conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança e adolescente ou a chocá-lo/a.

c) Telefonemas obscenos são também uma modalidade de abuso sexual verbal. A maioria deles é feita por adultos/as, especialmente do sexo masculino.

d) Exibicionismo é o ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar diante da criança ou adolescente.

e) *Voyeurismo* é o ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, quando elas não desejam serem vistas e obter satisfação com essa prática.

2.2 Abuso sexual com contato físico caracteriza-se por:

a) Atentado violento ao pudor: constranger alguém a praticar atos libidinosos, utilizando a violência ou ameaça. Forçar a criança/adolescente a praticar ou a permitir tais atos como masturbação, toque em partes íntimas, sexo oral e anal.

b) Estupro, quando ocorre penetração vaginal com uso de violência ou grave ameaça. Considerado crime hediondo, inafiançável em regime fechado.

c) Corrupção, quando um indivíduo corrompe ou facilita a corrupção de adolescente maior de 14 e menor de 18 anos independentemente do sexo, mantendo ato de libidinagem, sem penetração.

Esses abusos ainda podem ser intrafamiliar, extrafamiliar ou institucional, conforme Sayão apresenta (2006, p. 29-30):

Intrafamiliar: Se existe um laço familiar ou uma relação de responsabilidade entre abusador e abusado. A situação mais conhecida que se encaixa nesta categoria é o incesto. Extrafamiliar: Se o abusador não possui laços familiares ou de responsabilidade com o abusado. Embora o abusador possa ser um desconhecido, na maioria das vezes ele é alguém que a criança ou o adolescente conhece e em quem confia. Institucional: Diz-se do abuso sexual que ocorre em instituições governamentais e não-governamentais que são responsáveis por prover, para crianças e adolescentes, cuidados substitutivos aos da família (abrigo). Podem ser também instituições encarregadas da aplicação de medidas privativas de liberdade.

No ano de 2000 ficou instituído o dia 18 de maio, como o Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, decretado pela Lei Federal 9.970/00 (BRASIL, 2000), criada com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira e convocá-la para seu engajamento no combate ao problema em destaque. A data foi escolhida por ser o dia da morte da menina Araceli Cabrera Crespo (18/05/1973), vítima de sequestro, estupro e assassinato em Vitória/ES, com 8 anos e foi drogada, espancada, estuprada e morta por Paulo Helal e Dante de Brito Michelini, seus assassinos continuam impunes (MARTINELLI, 2007).

Em Maringá/PR, um jornal de circulação regional, intitulado O Diário (31/08/2014), divulgou uma matéria a respeito do índice de casos nesta região: Em 18 meses foram realizadas 285 denúncias na comarca que abrange Floresta, Itambé, Ivatuba e Paiçandu. Sendo as vítimas, em média 9 anos, dos 37 processos concluídos 64% dos casos o/a abusador/a era uma pessoa da família e deste total,

21% pelo pai da criança. Os/As parentes do/a acusado/a aparentaram choque ao saber do caso, pois, o/a réu aparentava um ótimo comportamento (GATTI, 2014, p. 3).

Muitas pessoas se calam, não divulgando assim o índice correto. Pensamos que, infelizmente, este índice pode ser ainda mais do que imaginamos. Diante desta concepção, é de suma importância o ato da prevenção para a incidência de casos, considerando a escola como mecanismo de medida preventiva, como veremos a seguir.

3 SINAIS DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR COM A PREVENÇÃO NA EDUCAÇÃO

Questionar sobre a prevenção da violência sexual infantil é insistir na importância desta temática no espaço escolar. Diante disso, a escola é uma instituição que em meio à tantas funções, também, oferece proteção à criança por meio de profissionais capacitados/as acerca do tema, visto que é o segundo lugar ou em muitos casos o primeiro local, onde a criança passa boa parte do tempo.

Existem vários sinais que auxiliam o/a professor/a a identificar a violência sexual infantil. Destacamos alguns destes baseados em autores/as, como: Sayão (2006), Barbosa (2008) fortificam expressões causadas pela violência: alterações no desenvolvimento cognitivo, na linguagem, na memória, rendimento escolar, baixa concentração, agressividade e impulsividade, expressões estas, que variam de criança para criança.

Para Barbosa (2008, p.83)

[...] revelará repetidamente na escola o intenso conflito traumático através de seus desenhos, que falarão de corpos mutilados, uma imagem corporal fragmentada, tais como figuras sem rosto, sem braços; mãos que batem, mãos em forma de punhal, olhos que espreitam, pessoas sem roupa, órgãos genitais, quarto trancado, criança chorando e prisão; ou em suas redações, poemas e contos, um conteúdo rico para o professor observar, identificar e ajudar a criança no seu pedido de socorro. Em um trabalho em sala de aula sobre o corpo, a identidade ou a imagem corporal, o/a educador/a poderá criar situações em que a violência sofrida se tornará evidente.

Silva e Resende (2011) evidenciam mais alguns sinais, tais como: transtornos psíquicos, pesadelos, quadro fóbico-ansiosos, isolamento social, sentimento de estar sujo, problemas de aprendizagem, depressão, medo, abuso de álcool e outras drogas, comportamento autodestrutivo, ansiedade, estigmatização, baixa autoestima, queixas somáticas, agressividade, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) que significa trauma emocional de grande magnitude, fuga de casa, são sintomas da violência que podem aparecer na infância e se estender pela vida adulta.

Amaro (1997, p. 20) cita outros sinais,

crianças paralisadas, perplexas diante da violência sofrida, tristeza profunda, roubo, pânico, conduta oposta a sua habitual, irritabilidade, instabilidade emocional, isolamento dos/as colegas e amigos/as,

indisposição por atividades que era de sua preferência, regressão na escola.

Sayão (2006) complementa com outros sinais: dificuldade de caminhar; roupas rasgadas ou manchadas de sangue; sinais de hemorragia retal ou uretral; queixas de cólicas intestinais; evidências de infecções genitais; dor ou coceira na área genital ou na garganta; dificuldade para controlar a urina e as fezes; erupções na pele; vômitos e dores de cabeça repetidos e sem qualquer explicação clínica, assim como apresentação de outras enfermidades psicossomáticas. Como pistas comportamentais, seriam: mudanças súbitas e inexplicáveis de humor; sono perturbado com pesadelos frequentes, medo de escuro, suores, gritos ou presença de agitação noturna; comportamentos regressivos a padrões infantis como choro excessivo, incontinência urinária ou chupar os dedos; retraimento diante de certa pessoa ou sinais de medo ao ser deixada sozinha com alguém em algum lugar; demonstração de medo em lugares fechados; comportamento agressivo com tentativas de fuga de casa; auto-depreciação; perda de apetite ou excesso de alimentação; resistência em participar de atividades físicas; aparência descuidada e suja pela relutância em trocar de roupas; envolvimento súbito com prostituição, drogas ou alcoolismo.

Sob estas concepções, o/a professor/a deve observar diferentes sinais no comportamento da criança no espaço educacional, ajudar na identificação de sinais e prevenção da violência sexual infantil.

Maio (2011, p.179), apresenta a dificuldade que os pais/mães, professores/as têm ao lidar com assuntos relacionados à temática sexual,

[...] com mais de 20 anos de trabalho em escolas, foi possível perceber que alguns pais e mães, bem como professores e professoras demonstram insegurança, medo dificuldade, e até reprimem o/a aluno/a ao tratar de assuntos relacionados à esfera sexual.

Consideramos que, o diálogo é uma das fontes entre o/a aluno/a e o/a professor/a, fazendo com que a criança sinta segurança/confiança em contar suas dores/casos ao/à professor/a. Visto que em muitos casos, a vítima de abuso não é acreditada pela própria mãe/responsável, portanto, o/a docente não deve ter medo ou dificuldade de dialogar sobre assuntos relacionados a este tema. Caberia ao/à profissional de educação identificar evidências de violência sexual que em muitas

vezes passa despercebido. Sendo assim, é de extrema importância trabalhar com a prevenção do abuso sexual infantil no âmbito educacional.

Traçamos um percurso sobre estudiosos/as, os/as quais, apresentam a importância de trabalhar com a prevenção desta temática no âmbito educacional.

Maio (2011, p.178), afirma que

assim, a escola, que tem a obrigatoriedade e a oportunidade de explorar a curiosidade humana, deve também trabalhar com aspectos gerais da sexualidade, trazendo projetos adequados de educação sexual escolar, para todos da comunidade educativa: pais e mães, professores e professoras, alunos e alunas, funcionários e funcionárias e equipes administrativa e pedagógica.

Diante desta compreensão de Maio (2011), a escola não tem a função de substituir o papel da família, mas, sim contribuir com profissionais capacitados/as. Sendo assim, trabalhar a sexualidade na educação é uma ponte de prevenção para a violência sexual, desde que, haja professores/as capacitados/as para dialogar sobre o assunto.

Para o ECA (BRASIL, 1990, p. 99), ficar atento/a às evidências de sinais de abuso sexual infantil, não cabe apenas ao/a professor/a e sim também,

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Portanto, todos somos responsáveis nos cuidados e proteção infantil.

Araújo (2004) escreveu para o “Manual de Orientação para Educadores: abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes”, e cita que 60% dos casos de abuso sexual não deixam vestígios físicos, mas, podem ser percebidas por meio de observações dos sinais emitidos pela criança já citados neste trabalho.

Porém, em evidência de algum caso, o artigo 13 do ECA (BRASIL, 1990, p.17) apresenta que “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança e/ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

Percebemos que mediante a tantos sinais, estes, interfere Isto pode se revelar

no processo de desenvolvimento ensino-aprendizagem da criança, para tanto, os/as profissionais da educação devem prestar atenção à manifestação das crianças, se houver confirmação, devem assegurar-lhes que não serão prejudicadas (porém, já foram pelo ato cometido contra elas) e encaminhá-las da melhor forma possível a Órgãos de proteção. Se os sinais da violência sexual forem identificados com antecedência, pode-se influenciar na prevenção, minimizando consequências duradouras.

Pautamos a seguir em 75 questionários respondidos por acadêmicos/as do Curso de Pedagogia, com o intuito de saber o que as/os estagiárias/os dos 4º anos (matutino/noturno) do Curso de Pedagogia/sede presenciaram no espaço escolar no que diz respeito à violência sexual infantil e também como esta temática vem sendo abordada na escola, e o que a Matriz Curricular do referido Curso apresenta sobre esta temática.

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Para aplicação dos questionários, foi necessário o planejamento de seu desenvolvimento, o qual se deu por um caminho metodológico definido antecipadamente, por meio de instrumentos que teve como base a coleta do resultado.

Os questionários foram aplicados nos 4^a anos, pelo fato de serem os/as acadêmicos/as com formação em 2014. Analisamos as respostas dessas questões centrais como veremos adiante.

Para tanto, nesta seção, temos como objetivo analisar as respostas apresentadas nos questionários das/os estagiárias/os dos 4^o anos do Curso de Pedagogia/sede, modalidade presencial, na Universidade Estadual de Maringá, visto que esses/as, são as/os futuras/os pedagogas/os do ano letivo de 2014, como também fundamentar tais respostas com base em alguns/mas autores/as.

Na aplicação dos questionários, iniciamos com a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE 1), aprovado pelo Comitê de Ética da UEM (COPEP), (ANEXO 1). A participação foi totalmente voluntária. A idade dos/as acadêmicos/as varia entre 20 e 57 anos, correspondendo a 75 pessoas presentes em sala de aula, sendo que do gênero feminino, 73, e do masculino, 2. Desses 75 questionários aplicados, 25 foram respondidos pela turma 01 (matutino) e 50 pelas turmas 31 e 32 (noturno). A aplicação foi durante um espaço da aula liberado pelas professoras.

Para tanto, organizamos a apresentação dos dados mediante as seguintes questões: É trabalhada a temática violência sexual infantil no Curso de Pedagogia/UEM? As aulas ministradas no Curso têm assuntos relacionados à prevenção da violência sexual? Vocês acham importante trabalhar este tema? Se sim ou não, por quê? Há casos de violência sexual infantil que são ou foram detectados na escola em que estagiam? Se sim, quais foram às atitudes tomadas? Quais ações são frutos na escola sobre a prevenção da violência sexual infantil? Como pensam que esta temática poderia ser trabalhada no espaço escolar?

Apresentamos a seguir, respostas das questões:

GRÁFICO 1: Temática no Curso de Pedagogia/SEDE

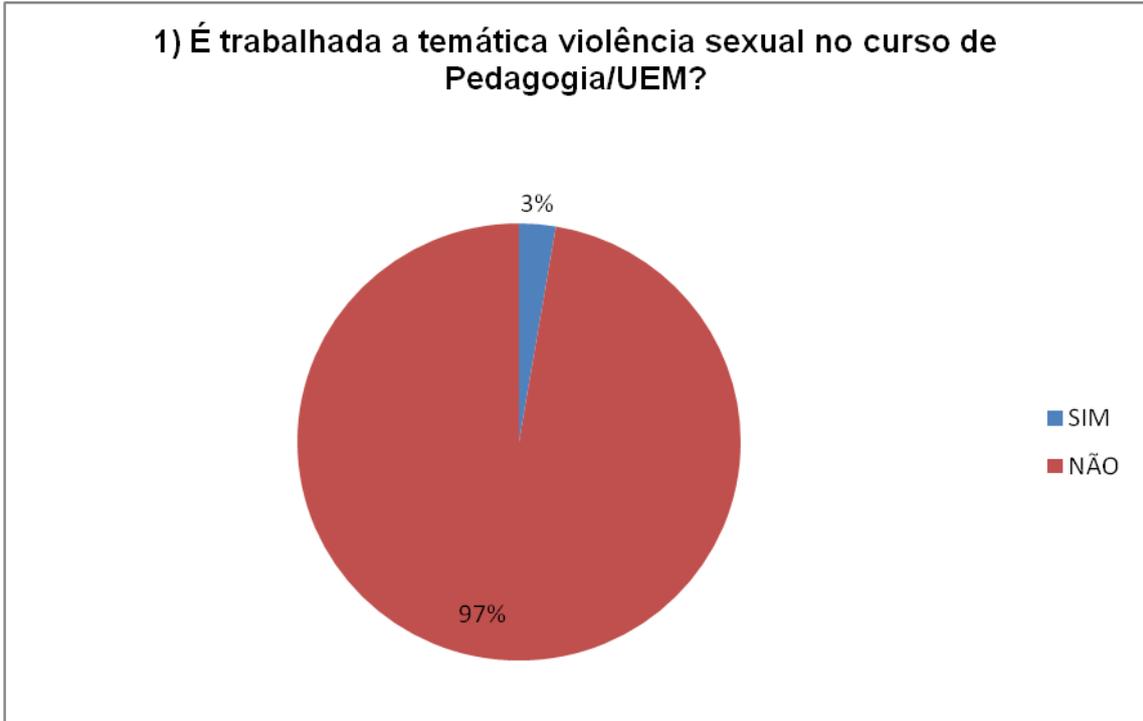
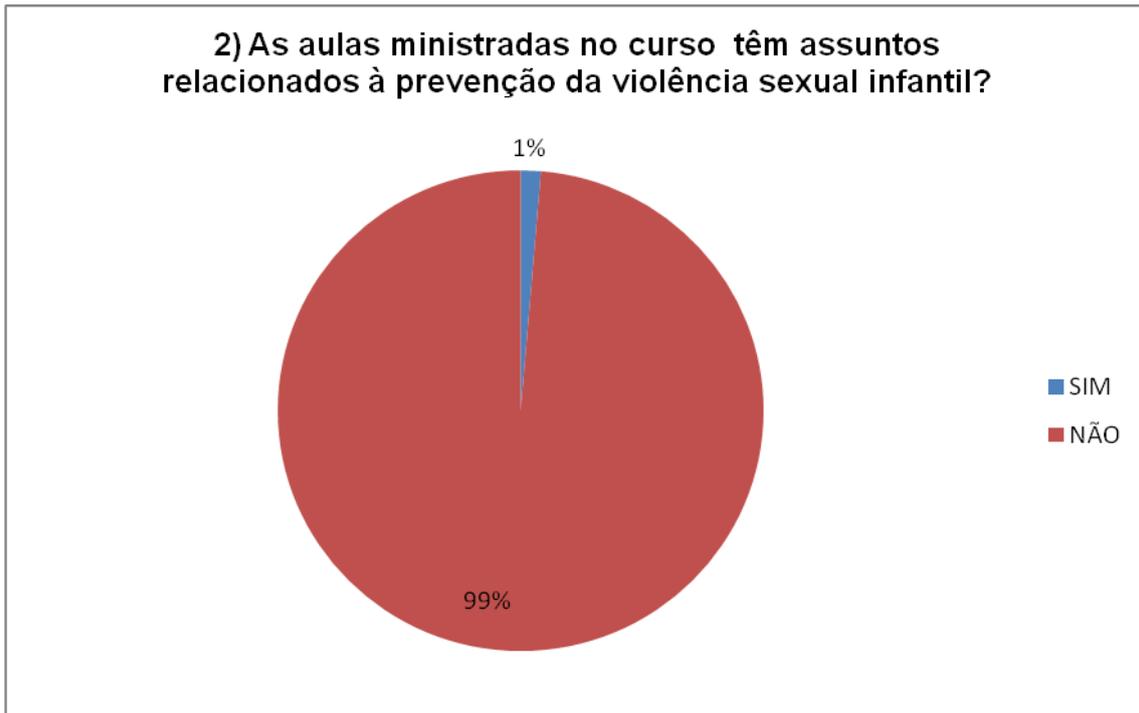


GRÁFICO 2: Temática no Curso de Pedagogia/SEDE



Nestas questões, apresentamos a respostas dos/as acadêmicos/as a respeito da temática violência sexual infantil na formação do Curso de Pedagogia/sede/UEM.

A maioria, 97%, respondeu que NÃO é trabalhada a temática violência sexual no Curso de Pedagogia/UEM e 99% disseram que NÃO têm assuntos relacionados à prevenção da violência sexual infantil durante as aulas ministradas. Para estas respostas, observamos o quadro da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia UEM (presencial) do ano de 2009:

1º ano da graduação:

Currículo como Espaço de Construção de Identidades
Filosofia da Educação na Antiguidade
História da Educação e da Pedagogia
Ling. Identidade e Formação de Professores
Metodologia da Pesquisa em Educação
Políticas Públicas e Gestão Educacional: Identidade do Pedagogo
Psicologia da Educação: Aspectos Neuropsicológicos e Afetivos
Didática: Trabalho Docente e Saberes Escolares
Filosofia da Educação Medieval
Formação Docente: Prática Escolar de Arte na Escola

Introdução à Libras – Língua Brasileira de Sinais
Literatura Infantil na Escola
Psicologia da Educação: Abordagem Humanista e Epistemologia Genética

2º ano da graduação:

Estágio Curricular Supervisionado de Educação Infantil I
Filosofia da Educ. na Modernidade
Formação e Ação Docente: Práticas de Ensino em Educação Infantil I
Fundamentos Filosóficos da Educação Infantil
História da Educação do Brasil: Colônia
Iniciação à Ciência e à Pesquisa
Planejamento, Gestão Educacional e Atuação do Pedagogo como Gestor
Teorias Pedagógicas e Didática
Introdução a Educação e Comunicação
Psicologia da Educação: tem. da Vida Contemporânea
Políticas, Gestão e Diversidade
Prática de Gestão: Org. dos Trab. Pedagógicos
Estágio Curricular Supervisionado Gestão I
Alf.: Hist. Políticas e Função Social
Estágio Curricular Supervisionado de Educação Infantil II
Filosofia da Educação Contemporânea
Formação e Ação Docente: Práticas do Ensino e Identidade Profissional
História da Educação do Brasil: Império
História da Infância no Brasil
Psicologia da Educação: Abordagem Histórico – cultural

3º ano da graduação

Alfabetização, Letramento e Escolarização
Educação, Mídia e Arte
Estágio Curricular Supervisionado de Ensino Fundamental I
Formação e Ação Docente: Prática de Ens. das Séries Iniciais do Ensino Fundamental I
História da Educação do Brasil: República
História da Educação Pública

Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação
Organização da Gestão Escolar
Políticas Públicas e Gestão da Educação Brasileira
Psicologia da Educação: Abordagem Walloniana
Educação e Trabalho
Estágio Curricular Supervisionado de Ensino Fund.II
Formação e Ação Docente: Prática de Ens. das Séries Iniciais do Ensino Fundamental II
Metodologia de Planejamento de Projeto de Pesquisa em Educação
Metodologia do Ensino de Ciências 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental I
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental
Metodologia do Ensino de Matemática 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental I
Problemas de Aprendizagem

4º ano da graduação

Trabalho de Conclusão de Curso
Metodologia do Ensino de Ciências 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental II
Metodologia do Ensino de Matemática 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental II
Metodologia e Prática do Ensino de História nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental
Planejamento da Prática Docente
Políticas Públicas e Gestão Educacional: Docência e Diversidade Cultural
Práticas de Gestão: Planejamento e Avaliação Escolar
Sociologia da Educação: Pensamento Clássico
Educação e Informática
Educação e Novas Tecnologias
Estágio Curricular Supervisionado de Ensino Médio - modalidade Normal
Estagio Curricular Supervisionado de Gestão II
Concep.,Paradig. e Lim. das Teorias Curriculares
For.e Ação Doc.: Práticas do Ens. de Hist. nas Séries Iniciais do Ens. Fundamental
Form. e Ação Doc.: Pr. de E. Médio – Mod. Normal
História do Pensamento Educacional
Metodologia do Ensino de Geografia
Necessidades Educacionais Especiais

Projeto Político - Pedagógico da Escola
Sociologia da Educação e Transformação Social

Fonte: http://www.crc.uem.br/pedagogia/documentos/grade_curricular_2014.PDF

Conforme observamos, o currículo do Curso de Pedagogia vigente em 2014, não possibilita um estudo pleno sobre esta temática. Sendo assim, a maioria dos/as acadêmicos/as que participaram do questionário, têm noções de que a temática de sexualidade/violência sexual ainda não é trabalhada na Matriz Curricular. Entretanto, sabemos da importância da formação acadêmica preparando-os/as para que possam ser capacitados/as.

Todavia, a Matriz Curricular é um exemplo na falta da formação de professores/as aptos/as para lidar com esta temática. Louro (1997, p.87), apresenta que “[...] a sexualidade se constitui em um aspecto importante da formação dos sujeitos e dos grupos, exigindo atenção no contexto das políticas e dos programas educacionais” e conseqüentemente, do espaço escolar. Sendo assim, introduzir a temática sexualidade na Matriz Curricular é fundamental para que os/as profissionais se formem capacitados/as.

Diante disso, destacamos a falta que faz uma disciplina específica desta temática na Matriz Curricular e a importância que tem na formação dos/as professores/as, “[...] é preciso estar preparado para auxiliar as vítimas a libertarem suas vozes sufocadas pela violência e rematizarem suas experiências de não proteção, oferecendo-lhes um novo modelo de relação em que padrões protetores possam agir” (NARVAZ, 2001, p. 20).

Ainda se tratando das respostas, 3% responderam que esta temática é trabalhada no Curso e 1% disseram que nas aulas do Curso tem assunto relacionado à temática. Ou seja, esta minoria que respondeu sim, são aqueles/as que têm o conhecimento por meio de palestras, conhecimento/engajamento no grupo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual – NUDISEX, ou de alguns/mas professores/as ter comentado (e não trabalhado) este assunto em sala de aula, conforme relataram nos questionários. É a escola o local onde a criança passa boa parte do tempo, diante disso, o/a professor/a deveria ter um domínio maior para saber lidar com esta temática em sala de aula.

No gráfico número 3, 93% disseram que é importante trabalhar esta temática, tanto como estudá-la na formação como trabalhar no campo de atuação (na escola).

Para esta compreensão, citamos Nóvoa (1991) e Chantraine-Demilly (1992), os/as quais salientam a importância da capacitação de todos/as da educação (diretores/as, coordenadores/as, professores/as, funcionários/as) no conceito desta temática. É por meio da capacitação desses/as profissionais, que haverá prevenção das situações ocorridas da violência de abuso sexual, detectadas por eles.

Grifamos, a escrita de uma acadêmica, do 4^a noturno do Curso:

Sim, acredito ser importante, pois, nós como pedagogas devemos ter respaldo suficiente para mediar/intervir uma situação como essa que é muito comum ocorrer nas escolas e sem embasamento teórico a respeito dessa situação não tem como o/a professor/a ou/a gestor/a lidar com a temática violência sexual.

Após esta compreensão dessa acadêmica, percebemos que esta questão reflete-se em sala de aula, local em que deveríamos encontrar profissionais preparados/as em tratar deste tema, encontramos alguns/mas despreparados/as, devido à falta de formação inicial.

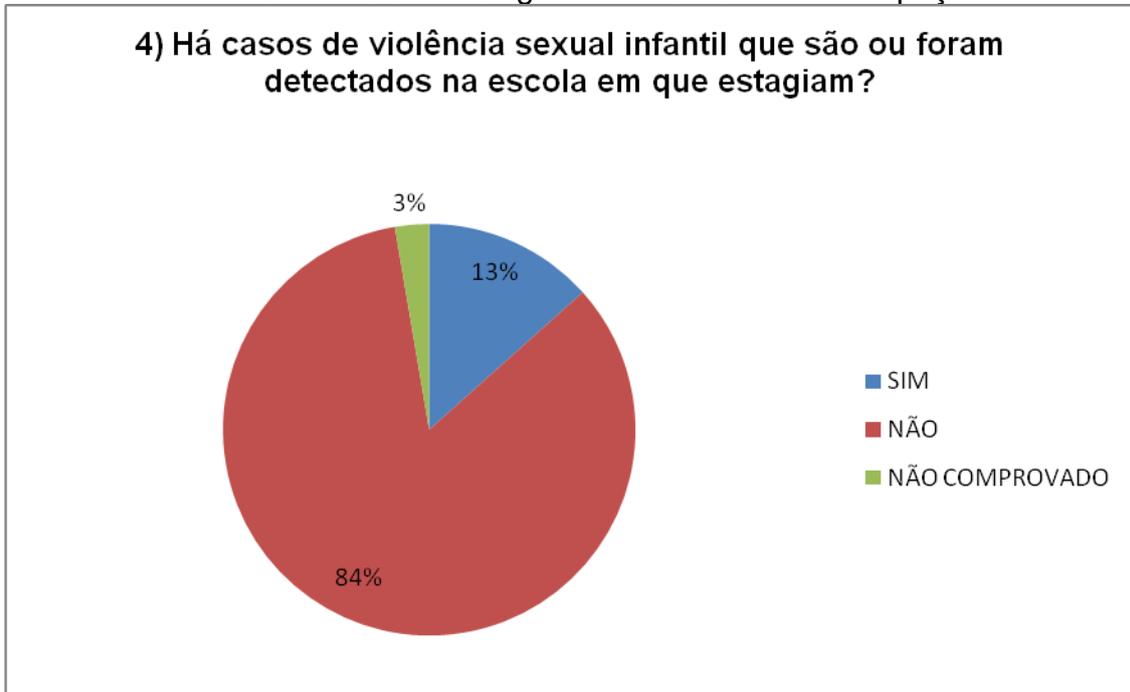
GRÁFICO 3: Temática no Curso de Pedagogia/sede



Diferentemente do que algumas pessoas pensam, evitar o assunto não é minimizar a quantidade de abuso. De acordo com o Gráfico 3, 7% acadêmicas do 4^a ano matutino responderam que não é importante trabalhar esta temática, *sendo que há assuntos mais importantes a serem trabalhados*. Infelizmente, são aqueles/as

que atuarão em sala de aula e evitarão a falar deste assunto, possibilitando os casos só aumentarem.

GRÁFICO 4: Estágio: Violência sexual no espaço escolar



Por meio do gráfico 4, 84% responderam que não conhecem casos de violência sexual infantil nas escolas em que estagiam/estagiaram, 3% que houve, mas não foram comprovados e 13% responderam que houve identificação de crianças vítimas de violência sexual. Estes dados comprovam a importância de se estudar a temática no Curso de Graduação, porque o problema da violência sexual, não é apenas o caso e sim as sequelas que trazem para a vida da criança/vítima, tais como: lesões, hematomas, DST podendo interferir na capacidade reprodutiva, dificuldade de ligação afetiva e amorosa, dificuldades de manter uma vida sexual saudável, engajamento em trabalho sexual (prostituição) e viciação em substâncias lícitas e ilícitas (ABRAPIA, 1997).

Se a maioria dos/as profissionais da educação não discutem sobre manifestação relacionada à sexualidade, o que esperar da discussão da temática da violência sexual infantil? O/A professor/a é um/a dos/as primeiros que tem a possibilidade de evidenciar casos de abuso sexual. Para esta compreensão, Cunningham e Sas (1995) afirmam por meio de seus estudos que em 44% dos casos de violência sexual, o/a professor/a é a/o primeira pessoa a saber.

5) Se sim, quais foram às atitudes tomadas?

Nesta questão, procedimentos tomados no ambiente escolar evidenciado pelos/as estagiários/as, ou seja, quais são as providências. As quais são: Investigação; Encaminhado ao Conselho Tutelar; conversa com pais/mães; conversa com a criança, família e encaminhamento para o Conselho Tutelar; o agressor foi preso, contudo foi solto logo depois; foram realizadas investigações com as pessoas da família, vizinhos e após denunciado, foi encaminhado ao Conselho Tutelar; os/as pais/mães resolveram, a escola só foi comunicada, tratando o/a aluno/a com mais cautela.

Diante dessas respostas, citamos alguns organismos que ajudam no enfrentamento desta problemática: ECA (BRASIL, 1990) prevê nos artigos 13 e 130: que os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. Se no Município não tiver Conselho Tutelar, a situação do caso deverá ser comunicada à Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude e à Vara da Infância e da Juventude (BRASIL, 1990).

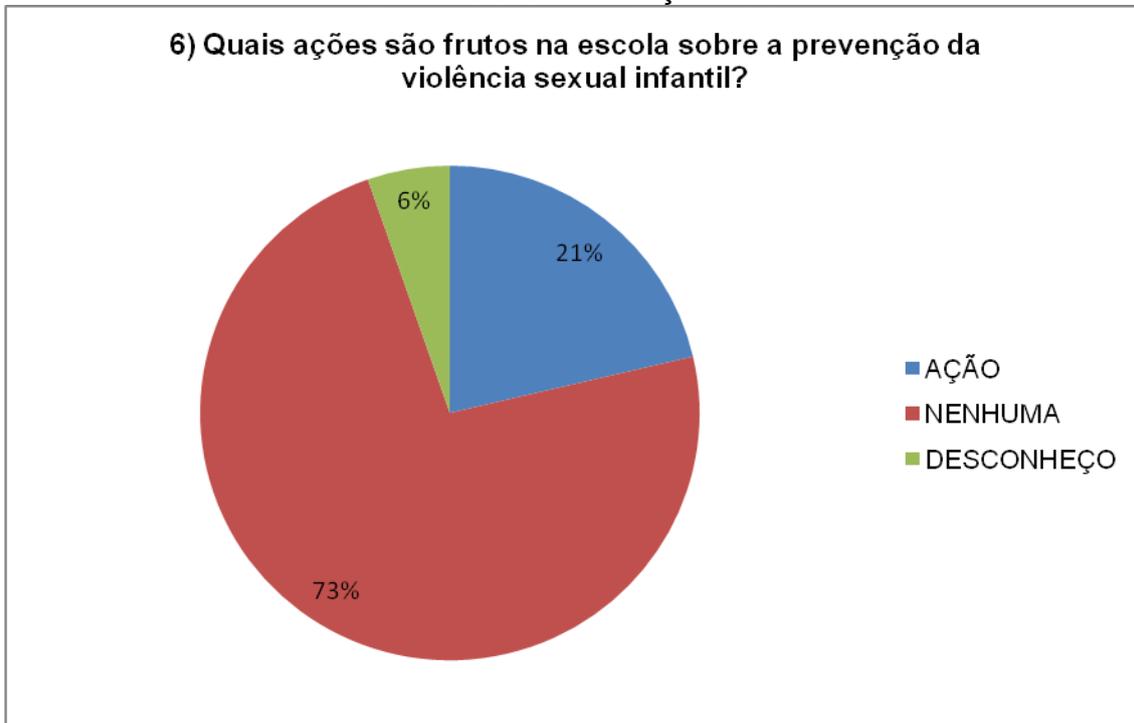
Art. 130: Trata das medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis pela criança: Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum (BRASIL, 1990).

Diante disso, deve-se acionar um sistema de ações práticas de garantia de direitos da criança/adolescente, conforme nos apresenta Santos (2009):

- a) Conselho Tutelar, órgão administrativo municipal, autônomo, responsável pelo atendimento de crianças ameaçadas ou violadas em seus direitos;
- b) Delegacia Especializada é um Órgão da polícia civil encarregado de investigar e apurar fatos em que crianças e/ou adolescentes são vítimas de crimes;
- c) Ministério Público (MP), promotores e promotoras de Justiça têm sido fortes aliados/as do movimento social da defesa dos direitos da criança e do/a adolescente;
- d) Defensoria Pública, Órgão do Estado encarregado de prestar assistência judiciária gratuita a quem dela precisar, por meio da nomeação de defensores/as públicos/as ou advogados/as;

e) Justiça da Infância e Juventude é o Órgão encarregado de aplicar a Lei para solução de conflitos relacionados aos direitos da criança e do/a adolescente.

GRÁFICO 5: Prevenção na escola



Evidenciamos nas seguintes falas, as ações apresentadas nos questionários:

- Formação em parceria com o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social);
- Palestras, cursos para os/as pais/mães, professores/as e alunos/as;
- Orientação dos/as professores/as aos alunos/as, por meio de diálogo;
- Orientação escolar e às vezes do Posto de Saúde;
- Conhecer a família da criança por meio de conversa com os/as pais/mães das crianças;
- Palestras no Curso de Pedagogia;
- Seminários, projetos ou cursos;
- Realizar investigações para posteriormente denunciar caso haja alguma violência sexual;
- Projetos e cursos para auxiliar professores/as e pais/mães na prevenção da violência sexual;
- Observar as crianças, suas atitudes e comportamentos;

- Palestras e conversas por parte dos/as professores/as e equipe pedagógica com os/as alunos/as.

Diante dessas compreensões dos/as acadêmicos/as, apresentamos três fases de prevenção, com base no material da ABRAPIA– Associação Brasileira de Proteção à Infância (2002, s/p) a prevenção primária, “têm por objetivo eliminar ou reduzir os fatores sociais, culturais e ambientais que propiciam os maus-tratos”, a violência contra as crianças.

A prevenção primária é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra crianças. Por meio da prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade (ABRAPIA, 2002, s/p).

A prevenção secundária, “com vista à identificação precoce de crianças em “situação de risco,” impedindo que atos de violência aconteçam e/ou se repitam” (ABRAPIA, 2002, s/p), ou seja, a detecção de sinais da violência do abuso nas crianças. E por fim, a prevenção terciária “que tem como objetivo o acompanhamento integral da vítima e do agressor. Diante do fato consumado, deve-se trabalhar para que o ato não se repita” (ABRAPIA, 2002, s/p), ou seja, o acompanhamento por meio dos/as profissionais.

Muitas crianças têm dificuldades em falar e expor sobre o abuso e/ou exploração sexual, porém muitos/as adultos/as também têm medo de ouvir, pois, quando descoberta, a violência consiste em um trauma de maior monta, uma vez que ao atuarmos contra o abuso sexual, o objetivo é interromper o mais rápido possível a violação, agir de forma interdisciplinar para cessar o ciclo de violência e minorar as consequências íntimas e sociais da violação (AZAMBUJA; FERREIRA, 2011, p. 36).

A partir dessas ponderações, cabe à escola identificar e prevenir por meio de profissionais da educação capacitados/as, afim de que estes/as saibam lidar de maneira eficaz quanto à prevenção, sabendo observar os aspectos psíquicos e comportamentais das crianças.

7) Como pensam que esta temática poderia ser trabalhada no espaço escolar?

Em resumo, as respostas nos questionários foram: *palestras, capacitação dos/as profissionais da educação, diálogo, formação continuada.*

O Guia Escolar pela SEDH em parceria com o MEC, lançado em 2003 e reeditado em 2004, é considerado “um instrumento de referência em matéria de prevenção da violência sexual e sugere o desenvolvimento de metodologias adequadas à sua apresentação nas escolas públicas do país” (SANTOS, 2004, p. 9), ou seja, contribui para a escola diante de uma evidência de sinais auxiliando o/a professor/a a lidar com o problema.

Sendo assim, Nóvoa (1991) e Chantraine-Demilly (1992), salientam a importância da capacitação de todos/as da educação (diretores/as, coordenadores/as, professores/as, zeladores/as, cozinheiros/as) sobre estes sinais, visto que a maioria dos/as profissionais não estão atualizados/as nesta temática. Diante disso, o/a professor/a necessita ser mais bem capacitado/a para lidar de forma adequada com situações que envolvem a criança como vítima desta violência.

Fechar os olhos para o fenômeno da violência ou mesmo não lhe dar a devida importância é perpetuar este estado de coisas. Quando todos se calam (ou se omitem), as chances de superação do problema se vão. O medo é o grande fator presente no complô do silêncio, e sabemos que em sua capacidade de amar. Medo de denunciar o que se vê à volta ou de desenvolver no trabalho com as personagens deste drama, quer sejam as vítimas, quer os agressores (RODRIGUES, 2002, p.14).

Sayão (2006, p. 24-25) apresenta uma forma de conscientizar as crianças sobre o assunto,

para a prevenção do abuso sexual contra crianças e jovens, trata-se de, entre outros aspectos, promover a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene. Isso contribui para o fortalecimento da auto estima, com a conseqüente inibição do submetimento ao outro.

Desse modo, a violência sexual infantil é um assunto relevante ao conhecimento dos/as professores/as, pois, relacionam-se uma boa parte do tempo com as crianças.

Por meio da análise de dados dos questionários, constatamos que os/as acadêmicos/as do Curso não recebem informações e que a maioria não sabe como identificar possíveis sinais de violência sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou identificar o que as/os estagiárias/os dos 4º anos (matutino/noturno) do Curso de Pedagogia/sede detectam no espaço escolar, tendo em vista à violência sexual infantil (temática, casos, prevenções) e se estudaram acerca desta temática no referido Curso de Pedagogia por meio de uma disciplina específica em sua Matriz Curricular. Contudo, verificamos que não é trabalhada esta temática como disciplina específica no Curso de Pedagogia, diante disso, a maioria dos/as profissionais não sabe como proceder diante de possíveis sinais de violência.

Durante os estudos, foi possível verificarmos o âmbito desta temática violência sexual infantil nas escolas, que quando aparecem situações do fato, o/a professor/a não sabe lidar com a situação, por falta de preparação.

Em suma, acreditamos que a formação inicial é um dos mais adequados caminhos para a prevenção. Esta temática precisa ser trabalhada na graduação, pois, dessa maneira estaríamos colaborando com a formação e o conhecimento dos/as profissionais da área, minimizando futuras vítimas de violência sexual, por meio da capacitação dos/as acadêmicas/os. Realizamos um trabalho de conscientização com estudos, discussões à respeito desta temática.

Temos como um norte de referência para a prevenção, as Leis, Guia de Educação, sendo considerados como fonte método para prevenção da violência sexual. Sendo disponibilizado como uma ferramenta de trabalho para amparos de capacitação aos/às professores/as e profissionais da educação. Orientando os/as professores/as a identificar vítimas da violência sexual e saber qual a procedência e encaminhamentos a serem feitos. Não devemos simplesmente aceitar estes índices de casos de violência sexual, e, sim, refletir e agir sobre os caminhos para a prevenção.

Se os/as profissionais tivessem adequada formação acadêmica referente a esta temática, haveria uma identificação mais rápida de vítimas que foram/são violentadas. Acreditamos que se faz necessária uma disciplina de sexualidade, gênero e educação sexual escolar, na formação inicial acadêmica, visto que, precisamos de estudos para trabalhar com esta temática no âmbito escolar.

Refletir sobre essas questões é perceber o nível de compreensão das/os acadêmicas/os estagiárias/os acerca da violência sexual infantil no referido Curso e nas escolas. Diante disso, salientamos a importância desta temática na formação

docente, visto que a maioria não sente confiança e preparação para trabalhar e detectar sinais da violência sexual infantil.

Enfim, com a participação dos/as profissionais da educação qualificados/as, preparados/as nesta temática, o combate às crianças vítimas de violência seria/será menor.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Maus-tratos contra crianças e adolescentes – Proteção e Prevenção: **Guia de Orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, ABRAPIA, 1997.

_____. Maus-tratos contra crianças e adolescentes- Proteção e Prevenção: **Guia de orientação para profissionais de saúde**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados. 2. ed. ABRAPIA, 2002.

AMARO, Sarita *et al.* **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

ARAÚJO, Naira (org). **Abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes**. Manual de orientação para educadores. Manaus: Agência Uga-Uga de Comunicação, 2004.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante *et al* (colaboradores). **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. [recurso eletrônico – *e-book*] Porto Alegre: Artmed, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de Azevedo. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BARBOSA, Gabriella Ferrarese. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola- um olhar da psicanálise e da saúde pública**. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Subjetividade nas Práticas das Ciências da Saúde, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Natal, 2000.

_____. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Brasília, 1990.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 113-128, julho/ 2003.

Brino, R.F. & Williams, L.C.A. (2008). **Professores como agentes de prevenção de abuso sexual infantil**. Revista Educação e Realidade, 33, (2), 209-229.

CHANTRAINE-DEMAILLY, L. Modelos de formação contínua e estratégias de mudança. In: NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 139-158.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais, p. 5-3. 14 mar. 1999.

CUNNINGHAM A.H., &SAS, L.D. **The role of school programs in disclosure**. Tipping the balance to tell the secret: The public discovery of child sexual abuse. London Family Court Clinic Inc., Ontario, Canada, 1995.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Serviço Social, práticas judiciárias, poder**. São Paulo: Veras, 1999.

FIGUEIREDO, Ricardo Vergueiro. Acadêmico de Direito Penal. In: ANGHER, Anne Joyce (Org.) **VadeMecum**. 15. ed. Atual. eams. São Paulo: rideel. 2012 (Série VadeMecum). p. 315-371.

GATTI, Murilo. MARINGÁ. 285 denúncias na comarca. In: **Jornal O Diário**. Publicado em 31/08/2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAIO, Eliane Rose. **O nome da coisa**. Maringá: UniCorpore, 2011.

MARTINELLI, T. A. **Redes de abuso**. São Paulo: Scipione, 2007.

NARVAZ, Martha Giudice. A transmissão transgeracional da violência. **Revista INSIGHT**, jun. 2001, p. 18-22.

NÓVOA, António. **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da; LEMOS, Flávia Cristina; LÍRIO, Flávio Corsini. Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [38], janeiro/abril, 2011.

RODRIGUES, Fátima. Prefácio. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora. 2002. p. 9-14.

SANTOS, Beatriz Camargo dos. Aspectos causadores da violência. In: SANTOS, Beatriz Camargo dos; *et al* (Orgs.) Maus tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma abordagem multidisciplinar. São Leopoldo: **Série Cadernos do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Berthold Weber**. 2004, p.09-34.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos et al.. **Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. 2.ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da

Educação, 2009.

SAYÃO, Y. **Refazendo laços de proteção:** ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Manual de orientação para educadores. São Paulo: CENPEC: CHILDHOOD – Instituto WCF-Brasil, 2006.

SILVA, Laíssa Muniz da; RESENDE, Vera da Rocha. **A violência doméstica contra crianças e adolescentes:** uma (re)visão. 2011. Disponível em: <http://www.ppi.uem.br/camposocial/eventos/i_jornada/076.pdf> Acesso em: 29 setembro 2014.

VOLNOVICH, Jorge R. **Abuso sexual na infância.** Rio de Janeiro: Lacerda, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo/a a participar da pesquisa intitulada **FORMAÇÃO INICIAL DO CURSO DE PEDAGOGIA/UEM: QUESTÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**, que faz parte do curso de PEDAGOGIA e é orientada pela professora Dra. Eliane Rose Maio, da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é analisar relatos de acadêmicas/estagiárias do 4º ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá/sede, em relação aos temas de prevenção à violência sexual infantil. Para isto, a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: será aplicado um questionário com sete questões discursivas, sobre temas relacionados à violência de gênero no espaço escolar. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os benefícios esperados são contribuir para a resolução de problemas que os/as alunos/as do ensino infantil enfrentam no interior da escola em situações de violência de gênero. Informamos que os riscos da pesquisa podem ser: desconforto pelo teor da pesquisa, e caso ocorra, você pode deixar de responder, sem que isto lhe cause ônus ou prejuízo.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite mais esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pela pesquisadora e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pela pesquisadora e por você, como sujeito ou responsável pelo sujeito de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Professora Dra. Eliane Rose Maio.

_____ Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Eliane Rose Maio, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:.....

Assinatura da pesquisadora

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o/a pesquisador/a, conforme o endereço abaixo:

Nome: Eliane Rose Maio
Endereço: Av. Colombo, 4750 – Maringá-Paraná
(telefone/e-mail) (44) 30115104 – elianerosemaio@yahoo.com.br

Nome: Jaqueline Farias de Santana
Endereço: Rua Senador Accioly Filho, 50 – Maringá, Paraná
(telefone/e-mail) (44) 98183430 – japrmga@hotmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM
Universidade Estadual de Maringá.
Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.
Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.
CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444
E-mail: copep@uem.br

APÊNDICE 2

QUESTÕES PARA AS ESTAGIÁRIAS DO 4º ANO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

- 1) É trabalhada a temática violência sexual no curso de Pedagogia/UEM?
- 2) As aulas têm assuntos relacionados à prevenção da violência sexual infantil?
- 3) Quais ações são frutos na escola sobre a prevenção da violência sexual infantil?
- 4) Vocês acham importante trabalhar este tema?
- 5) Há casos de violência sexual infantil que são ou foram detectados na escola?
- 6) Quais foram às atitudes tomadas? (caso tenham)
- 7) Como pensam que esta temática poderia ser trabalhada no espaço escolar?

ANEXO A

Parecer do Comitê de Ética sobre o projeto de pesquisa



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FORMAÇÃO INICIAL DO CURSO DE PEDAGOGIA/UEM: QUESTÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Pesquisador: Eliane Rose Malo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 33179514.2.0000.0104

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Maringá

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 744.572

Data da Relatoria: 28/07/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar relatos de acadêmicos/estagiários do 4º ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá/sede, em relação aos temas de prevenção à violência sexual infantil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão submetidos os sujeitos da pesquisa serão suportados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Nos dias atuais é muito importante abordar sobre a violência sexual no convívio social e educacional, sendo considerado ainda, um assunto "delicado" de se tratar com crianças e adolescentes. Os números de casos de abuso sexual contra menores aumentam de forma espantosa cada ano que passa. Mas, falar sobre este tema não é fácil. Afinal, como explicar para uma criança o que seria uma violência sexual? Esta pesquisa tem como objetivo entrevistar estagiárias do quarto ano do curso de Pedagogia da UEM/sede no que diz respeito à aprendizagem

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4444

Fax: (44)3011-4518

E-mail: cocep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 744.572

sobre a violência sexual infantil, enquanto fator complicador no espaço da escola. Desse modo, surge a preocupação de investigar e conhecer o que as estagiárias veem nos espaços de estágios sobre algo relacionado a violência sexual infantil (estudos, prevenções, relatos). Serão entrevistados(as) 90 estagiários(as) dos 4º anos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá/sede, buscando identificar o que veem no espaço escolar no que diz respeito à violência sexual infantil, bem como se estudaram acerca desta temática no referido curso. Esta pesquisa terá como metodologia a pesquisa de campo, artigos, livros, teses e dissertações relacionadas ao tema. Assim, podemos refletir se a escola tem contribuído para a manutenção do status de violência que ocorre em nosso país, podendo minimizar os sofrimentos que por ventura venham a acontecer caso uma criança passe por violências sexuais, que refletem no âmbito escolar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foi enviada a folha de rosto devidamente assinada e carimbada. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contempla as garantias mínimas. Foi enviado o questionário que será aplicado. Foi apresentado um cronograma de execução prevendo um total de 4 meses (21/07/2014 a 28/11/2014) com início da coleta de dados em 01/08/2014 envolvendo 90 sujeitos. O orçamento do estudo foi avaliado em R\$ 100,00, com custeio próprio pelo pesquisador

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4444

Fax: (44)3011-4518

E-mail: copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 744.572

MARINGÁ, 09 de Agosto de 2014

Assinado por:
Ricardo Cesar Gardiolo
(Coordenador)

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4444

Fax: (44)3011-4518

E-mail: copep@uem.br

